

ALUNOS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR: RELATOS DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Rosana Maria Gessinger¹

Resumo

A presente comunicação científica tem por objetivo apresentar uma breve síntese e resgatar algumas conclusões da pesquisa que realizei no curso de Mestrado em Educação, de cunho qualitativo, tipo estudo de caso, na qual tive por objetivo analisar os relatos de professores de Matemática, para tentar compreender sua atuação com alunos em situação de deficiência, em classes comuns do ensino dito regular. Nas conclusões sinalizo para a necessidade de um redimensionamento nos cursos de formação inicial, a criação e a manutenção de espaços permanentes de formação continuada dos professores dentro da própria escola, a inserção de temas como educação inclusiva e questões relacionadas às diferenças nas discussões escolares, entre outros.

Palavras-chave: inclusão escolar, formação de professores, educação inclusiva.

Introdução

A presença de alunos em situação de deficiência nas classes comuns do ensino regular cada vez mais tem se tornado uma realidade, embora trabalhar com as diferenças em sala de aula sempre tenha representado um desafio ao professor. Qualquer aluno que se desvie um pouco do tipo de aluno idealizado pela escola e que coloque em jogo a falsa homogeneidade da sala de aula geralmente é tido como um problema. Com a inclusão escolar, essa dificuldade é trazida à tona e, embora muitas vezes tenha-se a impressão de que ocorre apenas quando existem alunos com deficiência em sala de aula, ela está muito mais presente do que possa parecer. A superação dessa dificuldade trará benefícios a todos os envolvidos no processo educacional e pressupõe muitos redimensionamentos.

Quando falamos em incluir alunos em situação de deficiência nas classes comuns do ensino regular, muitas são as resistências. Uma questão apontada com frequência como sendo um entrave à inclusão diz respeito à formação do professor que irá atuar em sala de aula. Pode parecer, à primeira vista, uma questão simples, que pode ser resolvida com cursos de capacitação ou com o trabalho em conjunto com especialistas, mas não é apenas isso. Trata-se de repensar a formação dos professores desde as bases que a sustentam. Isso se faz necessário

¹ rmgessinger@uol.com.br – professora da UCS e FAPA, doutoranda em Educação pela PUCRS.

não apenas em função da proposta inclusiva mas, também, porque atualmente o professor está tendo cada vez mais dificuldade em trabalhar em sala de aula, tendo ou não alunos com deficiência.

Com o objetivo de tentar compreender como os professores das classes comuns da rede regular de ensino que têm alunos em situação de deficiência em sua sala de aula lidam com essa realidade, realizei uma pesquisa no curso de mestrado em Educação, a qual pretendo comentar ao longo deste texto. Inicialmente abordarei algumas questões relacionadas ao tema. Em seguida, farei uma pequena síntese dos caminhos metodológicos que percorri durante a realização da pesquisa e, para finalizar, apresentarei algumas conclusões a que cheguei, no que diz respeito à formação de professores.

Inclusão escolar

A nossa Constituição Federal elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e como um dos objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Garante, também, o direito à igualdade (art. 5º) e trata nos art. 205 e seguintes do direito de todos à educação. Como um dos princípios para o ensino, elege a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando ser dever do Estado garantir o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, V).

Toda escola deve, portanto, atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. No entanto, nosso sistema educacional ainda é bastante excludente e segregatório. Muitos alunos ainda freqüentam classes ou escolas especiais, pois na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 consta que a substituição do *regular* pelo *especial* é possível (artigos 58 e seguintes). Entretanto, conforme documento editado em 2003² pela Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, essa substituição não está de acordo com a Constituição Federal, que prevê atendimento educacional especializado e não Educação Especial. Para que a LDBEN/1996 não seja considerada incompatível com a Constituição, é preciso entender Educação Especial como modalidade de ensino que oferece atendimento educacional especializado.

² “O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino”, disponível em http://www.prsp.mpf.gov.br/outroslinks/informes/cartilha_acesso_defic

Segundo Fávero (2004), atendimento educacional especializado é complemento à escolarização ou educação escolar e refere-se ao que é diferente do ensino escolar, para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, como, por exemplo, ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e do Braille. O atendimento educacional especializado não é escolarização plena. Esta só pode ser oferecida pela rede regular de ensino.

Uma nova legislação, posterior à LDBEN/1996, vem contribuir com essa perspectiva, ratificando o direito de as pessoas em situação de deficiência freqüentarem a mesma escola que as demais, direito esse que traz benefícios a todos os alunos na medida em que exige novos posicionamentos da escola no sentido de torná-la de melhor qualidade para todos. Trata-se da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala. O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado por Decreto da Presidência da República em 2001, tendo o mesmo valor de uma lei ordinária ou de uma norma constitucional. Esse documento deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência.

Além de ser um direito, o convívio com as diferenças certamente contribuirá para a formação de cidadãos de uma sociedade mais justa, da qual a discriminação e o preconceito não farão parte. A escola é o local privilegiado para a tomada de consciência da riqueza que representa o convívio com essas diferenças, pois educar implica o encontro com o outro, que necessariamente é diferente. Há que se colocar em destaque a diferença, procurando superar a atitude de tolerância e respeito, avançando para uma atitude de valorização.

Embora algumas pessoas associem o termo inclusão escolar à idéia de incluir crianças e jovens com deficiência nas classes comuns do ensino regular, a inclusão não atinge apenas os alunos com deficiência, mas todos os demais, pois as escolas inclusivas propõem que o sistema educacional se organize de tal forma a atender às necessidades de todos os alunos e se estruture a partir dessas necessidades. Busca-se rever a idéia de que as diferenças são um problema que precisa ser superado, assumindo que elas são inerentes a qualquer pessoa e são fator de enriquecimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Mittler (2003) vem ao encontro dessas idéias ao afirmar que a inclusão não diz respeito a colocar as crianças em situação de deficiência nas escolas regulares, mas mudar as escolas para que se tornem mais responsivas às necessidades de todas as crianças. Envolve um processo de reestruturação das escolas como um todo e isso diz respeito a todas as crianças que não estão beneficiando-se da escolarização e não apenas às que possuem alguma deficiência.

Infelizmente a escola parece não estar garantindo o direito de todos à educação, continua sendo uma instituição excludente. Não exclui apenas as crianças que possuem alguma deficiência, mas todos aqueles que não conseguem se encaixar nos padrões estipulados e almejados por ela. Segundo Fávero (2004), embora o direito à educação seja um direito humano fundamental, que não pode ser subtraído de ninguém, mesmo que tenha significativas limitações intelectuais, a porta da escola é muito pesada para qualquer aluno que tenha alguma diferença (deficiência ou não) que o impeça de se enquadrar nos padrões pré-determinados pela escola.

A pesquisa

Partindo do meu interesse pelo tema, no curso de mestrado em Educação, realizei uma pesquisa de cunho qualitativo, tipo estudo de caso, na qual tive por objetivo analisar os relatos de professores de Matemática para compreender sua atuação com alunos em situação de deficiência em classes comuns do ensino dito regular (Gessinger, 2001). Entrevistei sete professores de Matemática do ensino fundamental, médio e superior que realizavam suas atividades docentes em escolas da rede municipal e privada de ensino e em instituições públicas de ensino superior. A escolha foi intencional, visando atender a alguns critérios pré-estabelecidos por mim. Analisei os relatos com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1995), complementada por Moraes (1998).

Embora a análise dos dados tenha possibilitado estabelecer várias categorias e subcategorias, no presente texto pretendo tecer algumas considerações no que diz respeito à categoria formação profissional, que subdividi em formação inicial e formação continuada.

A formação inicial parece não ter sido suficiente para preparar os professores que participaram da pesquisa para enfrentarem os desafios da complexa tarefa que a docência representa nos dias de hoje, em uma sociedade em constantes mudanças. Muitas foram as críticas apontadas no que diz respeito à formação inicial.

No que diz respeito à formação específica, alguns apontaram a grande ênfase no rigor formal da Matemática, esta sendo vista como uma Ciência desvinculada de outras áreas, formada por verdades absolutas e incontestáveis, às quais nem todos conseguem ter acesso e cuja aprendizagem é considerada difícil. Segundo destacaram, essa visão que foi sendo assimilada ao longo do curso, parece ter dificultado o trabalho em sala de aula no que diz respeito à necessidade de oportunizar um ensino ao qual todos os alunos possam ter acesso e dele se beneficiar. De fato, segundo comenta Machado (1997), somente a partir da superação

dessa visão hermética da Matemática como uma Ciência eleita para poucos, seu ensino poderá ser redimensionado.

Ainda com relação à formação inicial, alguns professores criticaram a falsa idéia de homogeneidade na sala de aula, que lhes foi transmitida ao longo do curso, como se todos os alunos em sala de aula fossem capazes de aprender as mesmas coisas, da mesma maneira, ao mesmo tempo. Apontaram, ainda, a falta de conhecimentos sobre necessidades educacionais especiais, o que provocou insegurança ao receberem alunos em situação de deficiência em suas classes.

Muitos são os questionamentos com relação aos conhecimentos que o professor da escola regular precisa para dar conta de incluir alunos em situação de deficiência em sua classe. Ferreira (1998) afirma que o educador do ensino regular não precisa ter formação especializada, mas é necessário que se torne um pesquisador do seu saber e do seu fazer ou, como afirma Mantoan (1998) que aprenda a questionar sua própria prática. Araújo (1998, p.46) também não acredita na necessidade de especialistas, mas de “educadores que percebam que os conteúdos tradicionais as escola, apesar de essenciais para o pleno desenvolvimento do aluno, não devem ser encarados como um fim na educação, e sim como instrumentos para a construção da cidadania”.

Embora sejam necessários muitos redimensionamentos no que diz respeito à formação inicial, seria ingênuo pensar que ela poderia dar conta de preparar os futuros professores para a complexa tarefa da docência. Trata-se de uma etapa da formação profissional, pois por melhor que tenha sido seu curso, os conhecimentos que o aluno traz consigo dessa etapa serão sempre insuficientes para sua complexa e imprevisível tarefa em sala de aula.

Cada vez mais torna-se evidente a necessidade de investir na formação continuada e esta parece ter sido a alternativa encontrada pelos professores entrevistados para poder contemplar essa nova perspectiva. Nesse sentido, a presença de alunos em situação de deficiência em sala de aula parece ter servido de estímulo para que buscassem novos conhecimentos. A partir da conscientização de que os conhecimentos adquiridos durante a formação inicial não estavam sendo suficientes para os desafios da prática escolar, buscaram ampliar seus conhecimentos, tanto fora quanto dentro da própria escola, através de cursos, seminários, oficinas e conversas com profissionais, cada uma buscando sanar as suas lacunas.

A análise das falas dos professores que participaram da pesquisa permitiu repensar a formação do professor, apontando alguns aspectos que precisariam ser revistos se almejamos uma formação para a diversidade. No que se refere à formação específica, parece importante

avançar no sentido da superação da visão absolutista dessa ciência, que se traduz em um ensino baseado na transmissão e acúmulo de conhecimentos estáticos e incontestáveis, ao qual somente poucos teriam acesso.

No que se refere à formação pedagógica, parece importante avançar no sentido da superação do modelo da racionalidade técnica, não condizente com o papel do professor que se faz necessário atualmente. A dicotomia entre teoria e prática e o ensino voltado para a homogeneidade (que não existe) e não para a diversidade (que é real) são aspectos que precisariam ser revistos nos cursos de formação inicial.

No que diz respeito à formação continuada, parece importante que ocorra, não apenas através de cursos e seminários, mas também dentro da própria escola, em espaços que oportunizem o questionamento da prática e a troca de experiências, tendo como base o conhecimento científico e produzindo novos conhecimentos.

Como sugestão, aponto os seguintes aspectos:

- que a visão absolutista predominante em alguns cursos de formação inicial, dê lugar à visão de Matemática como um produto cultural, para que a transmissão possa dar lugar à construção do conhecimento;
- que o modelo da racionalidade técnica predominante em alguns cursos de formação inicial dê lugar a uma formação crítico-reflexiva, de tal forma que os constantes desafios da prática docente sirvam de estímulo para o crescimento profissional;
- que o enfoque da educação inclusiva seja introduzido nos cursos de formação de professores, colocando-se a diversidade como eixo principal, proporcionando ao professor uma nova compreensão sobre as diferenças;
- que as escolas oportunizem um espaço permanente de formação de professores, no qual possam ocorrer grupos de estudos, trocas de experiências, reflexão sobre a prática, entre outros, partindo dos interesses e necessidades do professor.

Considerações finais

Ao concluir a pesquisa, percebi que, ao iniciá-lo, tinha em mente uma escola ideal e um professor ideal. Tinha a expectativa de encontrar escolas já inclusivas, com seus professores inclusivos e a convicção de que ao entrevistá-los iriam me indicar o caminho que conduziria a compreender sua atuação em uma escola inclusiva.

No decorrer da trajetória, percebi que não há um caminho pronto para ser seguido, o

que não significa que os ensinamentos tenham sido poucos. Pelo contrário, aprendi que os caminhos prontos não existem, cabendo a cada um fazer o seu.

As aprendizagens realizadas através do contato com esses professores e com os teóricos que me ajudaram nessa compreensão me permitiram enxergar, entre outras coisas, que existem alguns atalhos que podem ser tomados, algumas vias que jamais permitirão chegar ao ponto pretendido, alguns caminhos mais fáceis e outros mais difíceis de serem trilhados. Ficou, no entanto, a certeza de que a educação inclusiva, educação de qualidade para todos, deve ser a nossa grande meta como educadores.

Hoje, passados alguns anos desde que realizei a pesquisa, percebo que ocorreram alguns avanços no que diz respeito à formação de professores, embora muito ainda deva ser feito. A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, vem desenvolvendo o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, cujo objetivo é disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para atuar como multiplicadores no processo de transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. O Programa é realizado em todos os Estados e no Distrito Federal, envolvendo 144 municípios-pólo que atuam como multiplicadores para outros 2.583 municípios da sua área de abrangência.

Os dados do MEC/INEP mostram um crescimento de 76,4% da matrícula de alunos com deficiências em classes comuns, passando de 110.704 alunos em 2002 para 195.370 alunos em 2004. O número de alunos em situação de deficiência nas classes comuns do ensino regular vem aumentando, graças a uma maior conscientização das famílias e escolas, o que é importante, pois entendo que nós, professores, aprenderemos a lidar com as deficiências de nossos alunos na medida em que eles estiverem presentes em nossa sala de aula.

Embora alguns avanços já possam ser constatados, penso que muito ainda temos a percorrer nessa caminhada. Acredito que a presença de alunos em situação de deficiência nas classes comuns do ensino regular é um direito que não deve ser adiado, devendo servir de estímulo para um redimensionamento da escola que temos hoje, o que trará benefícios a todos os envolvidos no processo educacional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ulisses F. de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio G. (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. (p.31-47). São Paulo: Summus, 1998.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9394. Brasília: Centro Gráfico, 1996.
- FÁVERO, Eugênia A. G. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- FERREIRA, Solange L. Preparando a inclusão. *Temas sobre desenvolvimento*. São Paulo, v.7, n.39, p.49-52, 1998.
- GESSINGER, Rosana M. *Alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns: relatos de professores de Matemática*. 2001. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2001.
- MACHADO, Nílson J. *Matemática e realidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa E. Educação de qualidade para todos: formando professores para a inclusão escolar. *Temas sobre desenvolvimento*. São Paulo, v.7, n.40, p.44-48, 1998.
- MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação-PUCRS*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.